

# Novo índice, “medida de força”

RIO  
AGÊNCIA ESTADO

As instituições financeiras consideraram a mudança da correção monetária “uma medida de força e muito intempestiva, porque se o governo não estava gostando do índice divulgado pela Fundação Getúlio Vargas podia aplicar a accidentalidade, em função da grande seca atual, pois trata-se de uma sistemática muito usada e entendida por todos”.

Assim, o presidente da Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (Andima), Carlos Brandão, contestou ontem, no Rio, a decisão do governo de vincular a inflação, e consequentemente a correção monetária, ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), no lugar do Índice Geral de Preços (IGP), da Fundação Getúlio Vargas. Na sua opinião, esse tipo de mudança busca nas formas de aferição da economia “não é muito bom para a credibilidade do governo”.

Segundo lembrou, na atual administração é a segunda vez que mudam a fórmula da correção, “só porque a inflação não era agradável ao governo, para que pudesse fechar o ano com uma taxa abaixo da enfrentada pela Velha República”. Na sua opinião, o certo seria aplicar a accidentalidade que poderia baixar o índice de inflação para 11,12%, atingido pelo IPCA (contra 15% do IGP) e “depois explicaria a

alteração da sistemática a ser colocada em prática só a partir de janeiro”.

Mas, na análise global do pacote econômico enviado pelo presidente da República ao Congresso Nacional, Brandão, que já foi presidente do Banco Central, elogiou a decisão do governo de não substituir o Imposto de Renda pelo Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nos rendimentos obtidos no open. Segundo explicou, a Andima deu grande colaboração ao governo “mostrando a grande inconveniência do IOF, a ponto de ameaçar inviabilizar o funcionamento do mercado financeiro. No caso do Banco Central, tiraria totalmente a eficiência do open market como instrumento de política monetária, dificultando, dessa forma, o giro da dívida pública”.

## Foi um roubo. A acusação é de Maluf

RIBEIRÃO PRETO  
AGÊNCIA ESTADO

“Foi o maior assalto da história do País”, comentou, ontem, em Ribeirão Preto, o deputado Paulo Maluf (PDS-SP) sobre a alteração do critério de cálculo da inflação e cor-

reção salarial. “Roubaram o povo, hoje, em Cr\$ 8 trilhões, ou seja, quase US\$ 1 bilhão, só nas contas de poupança, sem contar o salário.” É um processo de manipulação de dados, enfatizou Maluf, chegando à conclusão de uma perda de 50 a 60% ao ano, ao projetar a diferença do índice real da inflação de novembro, de 15 para 11,2%.

Maluf antecipou seu voto contrário ao pacote econômico do governo, “porque sou contra aumento de impostos, que visam a dar solução para entidades deficitárias do governo, à custa do dinheiro do povo”. O ex-governador acha que “o governo não está usando a austeridade que pregou” e “não tem autoridade para exigir mais sacrifício do povo”.

Também mereceu críticas de Paulo Maluf a liquidação dos bancos Comind, Auxiliar e Maisonnave. “Foi uma traição à confiança do povo.” Maluf lamentou que, “sem aviso prévio, o governo tenha lançado mão do que dizia ser um entulho autoritário, o decreto-lei”. Aproveitou para criticar também o governador Franco Montoro, “que não defende os interesses dos cidadãos de São Paulo”. O ex-governador acha que, apesar dos cinco ministros, “São Paulo está ausente do governo federal”.